

Leonardo Ferres da Silva Ribeiro

Execução
Provisória
no Processo Civil

De acordo com a
Lei 11.232/2005

EDITORA MÉTODO
SÃO PAULO



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 347.952.6

R484e

Código de barras: STJ00064335

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
------------	----

I

A IMPORTÂNCIA DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA PARA A EFETIVIDADE DO PROCESSO CIVIL ATUAL

1. Efetividade do processo	19
1.1 Conceito de: efetividade do processo	19
1.2. A execução e a efetividade do processo	22
2. O duplo grau de jurisdição	27
3. A crise do procedimento ordinário e o advento do instituto da antecipação de tutela	31
4. A falta de eficácia imediata das sentenças	37
5. Um avanço no quadro da execução provisória: Lei 10.444, de 07.05.2002	43
6. A Lei 11.232/2005, que cria uma fase de cumprimento das sentenças proferidas no processo de conhecimento e extingue, nos moldes antes existentes, a execução de títulos judiciais	48

II

BREVE PERFIL HISTÓRICO DA EXECUÇÃO PROVÍSÓRIA NO BRASIL E NOÇÕES DO INSTITUTO NO DIREITO ESTRANGEIRO

7. Anotações sobre o histórico do instituto	57
8. O direito pátrio anterior (das Ordenações ao Código de Processo Civil de 1939)	61
9. Direito estrangeiro	68
9.1. Alemanha	69
9.2. Espanha	72
9.3. França	76
9.4. Itália	78
9.5. Portugal	84
9.6. Código Modelo de Processo Civil para a Ibero-América	87
9.7. Breves notas conclusivas sobre o direito estrangeiro	89



III

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO DIREITO PÁTRIO

10. Conceituação e natureza jurídica	92
11. Notas introdutórias sobre a execução provisória no Código de Processo Civil	102
12. O art 587 do CPC, praticamente reproduzido pelo art. 475-I, criado pela Lei 11.232/2005	105
13. O art. 520 do CPC	109
13.1. O <i>caput</i> (a regra do duplo efeito da apelação)	109
13.2. O inciso I (a sentença que homologar a divisão ou a demarcação)	119
13.3. O inciso II (a sentença que condena à prestação de alimentos)	119
13.4. O revogado inciso III (a sentença que julgar, a liquidação de sentença)	122
13.5. O inciso IV, (a sentença que decidir p processo cautelar)	126
13.6. O inciso V (a sentença que rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes)	129
13.7. O inciso VI (a sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem)	137
13.8. O inciso VII (a sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela)	139
14. Outras hipóteses de execução provisória fora daquelas previstas no art. 520 do CPC	145
14.1. Outras hipóteses de execução provisória ainda no Código de Processo Civil	146
14.1.1. Interdição	146
14.1.2. Hipoteca judicial	146
14.1.3. Usufruto de imóvel ou de empresa	147
14.1.4. Atentado	147
14.1.5. Os recursos extraordinário e especial	147
14.1.6. O agravo	150
14.1.7. Situações que geram dúvida na doutrina	151
14.2. Hipóteses de execução provisória previstas na legislação extravagante	152
14.2.1. Lei 1.533/195 (Lei do Mandado de Segurança)	152
14.2.2. <i>Habeas data</i> (Lei 9.507/1997)	157
14.2.3. Ação civil pública (Lei 7.347/1985)	158
14.2.4. Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990)	159
14.2.5. Lei de Locação Urbana (Lei 8.245/1991)	160
14.2.6. Lei de Alimentos	166



14.2.7. Estatuto da Crianças do Adolescente	167
14.2:8. A nova Lei de Falências	170
14.2.9. Juizados Especiais Cíveis (Lei 9.099/1995)	172
14.2.10. Assistência judiciária	173
14.2.11. Desapropriação.....	174
14.2.12. Estatuto da Terra	176
14.2.13. Ação de busca e apreensão (Decreto-lei 911/1969)	177
14.2.14. Demais hipóteses de ausência do efeito suspensivo	179
15. A dinâmica da execução provisória	180
15.1. A execução provisória far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva (art. 475-O, <i>caput</i>)	180
15.2. Responsabilidade do credor na execução provisória (art. 475-O, I)	182
15.3. Retorno ao <i>status quo ante</i> , e liquidação de eventuais prejuízos nos mesmos autos (art. 475-O, II)	189
15.4. Exigência de caução para o levantamento de depósito em dinheiro e a pratica de atos que importem alienação de propriedade (art. 475-O, III)	193
15.5. A modificação ou anulação parcial da sentença objeto da execução provisória (art. 475-O, § 1.º)	204
15.6. Dispensa da caução (art. 475-O, § 2.º)	204
15.7. Procedimento da execução provisória (art. 475-O, § 3.º)	214

IV

A EFICÁCIA DAS SENTENÇAS E SUA RELAÇÃO COM A EXECUÇÃO PROVISÓRIA

16. Introdução sobre o tema da eficácia das sentenças com uma necessária revisão da classificação quinária das sentenças após a Lei 11.232/2005	219
16.1. Execução provisória da sentença com preponderância declaratória	223
16.2. Execução provisória da sentença com preponderância constitutiva	224
16.3. Algumas conclusões acerca da execução provisória nas sentenças declaratórias e/ou constitutivas	225
16.4. Execução provisória da sentença com preponderância condenatória	227
16.5. Execução provisória da sentença com preponderância mandamental e/ou executiva <i>lato sensu</i>	231



16.6. Algumas conclusões acerca da execução provisória nas sentenças condenatórias, mandamentais e/ou executivas <i>lato sensu</i>	233
--	-----

V

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA. E A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

17. Pode-se falar em execução provisória da decisão que antecipa tutela?	235
18. O princípio da <i>nulla executio sine titulo</i>	239
19. O regime diferenciado da execução provisória para as decisões antecipatórias	243
20. Execução provisória das <i>astreintes</i>	249

VI

ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA

21. A execução provisória e a Fazenda Pública	253
22. A gratuidade da justiça e a prestação de caução	258
23. Execução provisória dos honorários e das custas processuais	259
24. A impugnação da execução provisória e sua abrangência	261

VII

ENCERRAMENTO

25. Algumas poucas considerações <i>de lege ferenda</i> para maior efetividade da execução provisória	265
26. Síntese conclusiva	267

BIBLIOGRAFIA	277
---------------------	-----

